

Viso · Cadernos de estética aplicada
Revista eletrônica de estética

ISSN 1981-4062

Nº 17, jul-dez/2015

<http://www.revistaviso.com.br/>

Viso.

**A ética, ou a ação de julgar
entre o bem e o mal:
reflexões arendtianas
em torno a Billy Budd**

Carla Francalanci

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd

A proposta desse trabalho é relacionar as reflexões que Hannah Arendt desenvolve acerca de *Billy Budd, Sailor*, em uma passagem de *Sobre a revolução*, a partir do entrelaçamento ético-estético de um recurso analisado por ela, e presente em Aristóteles e Kant: o exemplo. Minha proposta é abordar a função ética do exemplo presente já em Aristóteles, mostrar como Arendt interpreta o exemplo em Kant como a solução da dificuldade criada pela ação de julgar, ao imbricar de maneira própria o particular e o geral, para então mostrar como ela trata a exemplaridade das figuras literárias de Budd, Claggart e do Capitão Vere, podendo através da novela abordar de maneira inusitada em seu pensamento as questões do mal e do juízo.

Palavras-chave: Hannah Arendt – Billy Budd – exemplo – juízo – literatura – ética

ABSTRACT

Ethics, or the Action of Judging between Good and Evil: Arendt's Reflections around Billy Budd

The aim of this work is to relate the reflections that Hannah Arendt develops about *Billy Budd, Sailor*, in a passage from *On Revolution*, with the example, a figure which she analyses that presents an ethical-aesthetic interweaving and has a major function for both Aristotle and Kant. My proposal is to address the ethical function of the example already present in Aristotle's remarks, then show how Arendt interprets the example in Kant as the solution of the difficulty created by the action of judging, in its possibility to intertwine the particular and the general, in order to finally show how Arendt treats the exemplarity of the literary figures Budd, Claggart and Captain Vere. This interpretation will allow her to use the novel in order to reach an unusual way of revisiting the questions of evil and judgment.

Keywords: Hannah Arendt – Billy Budd – example – judgment – literature – ethics

FRANCALANCI, C. “A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd”. In: *Viso: Cadernos de estética aplicada*, v. IX, n. 17 (jul-dez/2015), pp. 88-102.

DOI: 10.22409/1981-4062/v17i/207

Aprovado: 29.11.2015. Publicado: 27.02.2016.

© 2016 Carla Francalanci. Esse documento é distribuído nos termos da licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** (CC-BY-NC), que permite, exceto para fins comerciais, copiar e redistribuir o material em qualquer formato ou meio, bem como remixá-lo, transformá-lo ou criar a partir dele, desde que seja dado o devido crédito e indicada a licença sob a qual ele foi originalmente publicado.

Licença: http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR

Accepted: 29.11.2015. Published: 27.02.2016.

© 2016 Carla Francalanci. This document is distributed under the terms of a **Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International** license (CC-BY-NC) which allows, except for commercial purposes, to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material, provided the original work is properly cited and states its license.

License: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Who in the rainbow can draw the line where the violet tint ends and
the orange tint begins? Distinctly we see the difference of the colors,
but where exactly does the one first
blindingly enter into the other?

Quem, no arco-íris, pode traçar a linha onde a nuance violeta termina e
a laranja começa? Vemos distintamente a diferença das cores,
mas em que ponto exato a primeira
desapercebidamente entra na outra?

Herman Melville

São muitos os modos de relação que o pensamento de Hannah Arendt estabelece com a literatura, em especial com a sua dimensão narrativa. Longe de constituir um acréscimo ou mero acessório a uma de suas preocupações centrais, a ação política, a conversão dessa ação em estória narrável é a condição necessária tanto para a atribuição de um significado à práxis quanto para a sua possibilidade de preservação, ao dar a ela condição de ser lembrada e, assim, conduzida ao âmbito da história.

Neste escrito, contudo, gostaria de me ater a um enfoque da literatura no pensamento de Arendt em especial: o seu caráter exemplar, principalmente para as suas reflexões morais, de modo geral, e em particular para o que constitui o cerne da ação moral arendtiana, o ato de julgar. Para realizá-lo, pretendo abordar o uso que a ética, através de dois dos seus maiores expoentes e duas das principais influências do pensamento de Arendt, Aristóteles e Kant, fizeram do exemplo em suas considerações. Na sequência, trabalharei uma obra em particular, no caráter exemplar que lhe é atribuído pela pensadora: a novela *Billy Budd, Sailor*, de Herman Melville, para depois buscar, através de outra visada da obra, uma possibilidade distinta de pensar essa exemplaridade.

Aristóteles e a exemplaridade do *phrónimos*

A curiosa relação que o exemplo estabelece entre indivíduo e todo, entre singularidade e universalidade, já se faz presente, em caráter de problema, para aqueles que buscam compreender a obra que inaugura de forma sistemática as reflexões éticas no Ocidente, a *Ética a Nicômaco*. Pois é justamente em um de seus momentos cruciais, na tentativa de apresentar o homem prudente como aquele que coroa ou aperfeiçoa a virtude humana propriamente dita, em seu caráter relacional, isto é, político, que uma definição desse homem não nos é fornecida. Em seu lugar, Aristóteles fornece não apenas um exemplo, mas a apresentação do prudente como sendo ele mesmo o exemplo, no qual a virtude própria à ação humana deve se basear.

A questão da personificação da virtude já havia sido preparada no Livro III, tratando da virtude moral. Marcando o papel do desejo [*boúlesis*] no estabelecimento dos fins que se

nos apresentam como bens a serem alcançados, impôs-se a pergunta pela separação entre bem real e bem aparente. Desejamos as coisas que nos aparecem como bens, mas como saber que isso que desejamos é um bem de fato? O critério para operar esse discernimento se encontra, nessa passagem, personificado: é a marca do homem sério, bom [*spoudáios*], ser capaz de traçar essa distinção e desejar apenas os bens verdadeiros. Não há uma indicação de como adquirir essa acuidade de visão moral, antes ao contrário: parece ser necessário encontrar, no âmbito da convivência humana, aquele que possui esse discernimento e usá-lo como medida, ganhando por comparação e imitação com ele um critério de escolha moral. Dessa forma, o homem sério aristotélico é dito ser ele mesmo “como um cânone e uma medida” [*hósper kanòn kai métron autôn*]¹ em suas ações, desejos e escolhas.

O homem sério é, assim, a personificação da virtude moral, no sentido de ser aquele que deseja o que é verdadeiramente bom e é capaz de bem deliberar sobre os meios para alcançar esse bem. Contudo, há uma figura na ética aristotélica que se encontra acima dele, por personificar a virtude humana em um sentido completo, perfeito: trata-se da figura canônica do prudente. O que parece elevar a prudência é o fato de ela deixar o âmbito moral, onde nos encontramos imersos nas escolhas e desejos particulares com os quais somos constantemente confrontados, para ganhar um novo âmbito, o da compreensão e do pensamento – essa linha de demarcação é crucial para Aristóteles, uma vez que ele usa como critério de distinção entre as virtudes, desde o início de suas considerações, a separação das virtudes em éticas e dianoéticas e insere nessas últimas uma virtude que diz respeito à práxis, como que para marcar o lugar da *diánoia*, do pensamento, como o ápice da excelência humana em todos os campos de sua atuação. O prudente parece subsumir as capacidades práticas do homem sério, acrescentando a elas algo fundamental: ele é aquele que não apenas deseja o verdadeiro e delibera corretamente sobre como alcançá-lo, mas é também e fundamentalmente aquele que, em cada situação, parece apreender o seu significado, de modo a poder compreender por que tal desejo é certo ou errado, e por que tal escolha é a melhor.

“Acerca da prudência dessa forma a apreenderíamos, contemplando quem denominamos prudentes”.² Assim principia o capítulo que trata dessa virtude. A figura do prudente aparece de saída como a via que pode conduzir à compreensão da prudência na sua dinâmica de realização: “Parece próprio ao prudente ser capaz de bem deliberar acerca das coisas boas e proveitosas, não segundo a parte, [...] mas relativas ao bem viver no seu todo [*pròs to eu dzeîn hólos*].”³ Essa partícula *eu*, “bem”, qualifica o viver de modo a circunscrever nele a distinção mais fundamental, a diferença específica que faz do homem um vivente político e ético.⁴

A partir do encontro com a figura do prudente, é possível a Aristóteles dar uma definição da prudência, como “uma disposição racional que diz respeito à verdade (marca das virtudes dianoéticas) acerca da ação naquilo que é bom para os homens” [*héxin einai metà lógou alethê, peri tà anthrópina agathà praktikén*].⁵

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd · Carla Francalanci

A prudência deve ser entendida como uma virtude de pensamento que abrange, contudo, o âmbito da práxis, consistindo no seu estado mais perfeito de realização. Sendo assim, é preciso que ela seja a um só tempo apreensão de um geral, o significado das conjunturas nos quais cada ação se insere, e de um particular, a melhor conduta a realizar a cada vez, já que não há ação propriamente dita sem ter havido apreensão do particular.

O problema de explicar sobre essa compreensão advém, contudo, do seu caráter: sendo cada situação única, irrepetível, o seu princípio ou significado não poderá ser tornado universal, permanecendo sempre contingente. O que parece estar em jogo aqui é exatamente isso: para essa apreensão do contingente, o melhor caminho é olhar para uma figura, um exemplo de ação compreensiva daquilo que constitui o bem da vida humana em seu caráter intrinsecamente relacional, convivial. Esse exemplo é o das figuras que encarnam a cada vez o prudente, como o Péricles citado pelo filósofo.

Desde Aristóteles, algumas vertentes das reflexões éticas parecem apontar que há, no campo da ação humana, uma relação entre singular e geral que não pode ser apreendida de modo conceitual. Esse assunto chama a atenção de Arendt, que buscará, contudo, em Kant, em particular em sua *Crítica do juízo*, a base de suas próprias reflexões acerca do exemplar.

Kant através de Arendt: reflexões sobre o papel do exemplo

Hannah Arendt vai buscar, principalmente no pensamento estético kantiano, as bases de um pensamento político que teria permanecido, na obra do filósofo, marginal. A possibilidade da reivindicação de um juízo de gosto universal, ao contrário do que acontece na moral kantiana, estaria, segundo a autora, fundada não no caráter racional do homem, e assim em alguma forma de abstração do humano, mas em uma comunidade de homens, considerados enquanto indivíduos concretos, situados. E ainda, a pretensão de universalidade adviria do sentimento de pertencimento a uma comunidade, o *sensus communis*, que Arendt interpreta como o reconhecimento do fundamento eminentemente político do “homem de gosto” kantiano. Trata-se do sentimento que funda a nossa pretensão de universalidade para aquilo que julgamos belo, dizendo respeito, porém, ao contrário dos demais sentimentos, não a um âmbito privado, sendo antes denominado por Kant e enfatizado por Arendt, um “sentimento comunitário”.⁶

A pensadora analisa nessas lições, entre outros temas, a dinâmica inerente à formação de juízos estéticos apresentada por Kant, uma vez que eles não diferirão, em sua constituição, dos juízos que constituem o modo próprio ao pensamento político, bem como àqueles relativos ao campo moral, tal como Arendt os compreende.

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd · Carla Francalanci

O principal problema que o juízo propõe para a sua compreensão vem de ele ser, conforme afirma Kant, “a faculdade de pensar o particular”.⁷ Contudo, o pensamento só se move entre noções gerais. Como é possível, então, pensar no juízo o entrelaçamento entre particular e geral?

Nos juízos estéticos kantianos, da mesma forma que nos juízos políticos e morais para Arendt, não se trata de aplicar o particular a uma regra ou norma geral, como fazemos ao subsumir uma representação particular a um conceito, uma vez que nos âmbitos estético e político o geral não está dado de antemão: “A dificuldade torna-se grande ‘se for dado apenas o particular, para o qual o geral tem que ser encontrado’”⁸

pois o parâmetro não pode ser tomado da experiência e não pode ser derivado do exterior. Não posso julgar um particular por outro particular: a fim de determinar seu valor, preciso de um *tertium quid* ou de um *tertium comparationis*, algo relacionado aos dois particulares, mas distinto de ambos.⁹

Arendt aponta em Kant duas soluções possíveis para esse problema: a primeira ligada à ideia de finalidade e a segunda, que nos interessa aqui, trazendo o papel do exemplo para o juízo. Para juízos não cognitivos, onde não há o geral em direção ao qual o particular pode ser conduzido, é possível encontrar um particular dotado de qualidades tais que se o possa julgar como o melhor possível, de modo a passar a tomá-lo como exemplo – palavra que vem do latim *eximere*, “selecionar” – para os outros. Trata-se, assim, de um particular *sui generis*, cujo significado não está em seu caráter particular, mas justamente no fato de que ele aponta, ainda que enquanto particular, para um âmbito geral: “Esse exemplar é e permanece sendo um particular que em sua própria particularidade revela a generalidade que, de outro modo, não poderia ser definida”.¹⁰

Chamados por Kant de “apoios do juízo”, os exemplos desempenham para esse um papel análogo ao do esquema para a sensibilidade; eles ajudam a reconhecer o particular enquanto particular. Segundo o exemplo de Arendt, se julgamos o ato de alguém como bom, é somente porque temos, “nas profundezas do nosso espírito”, o exemplo de Jesus ou de São Francisco auxiliando-nos, por comparação, nesse reconhecimento. Assim, o juízo terá validade exemplar apenas se o exemplo for corretamente escolhido. E o exemplo será então válido para todos os que partilham dessa experiência, ou seja, para todos que possuem Jesus ou São Francisco vigorando exemplarmente, isto é, tendo o significado de suas ações e palavras já transbordado para além do seu âmbito particular.

Esse lugar do exemplo, como o singular que de algum modo expressa, encarna uma multiplicidade permanecendo, contudo, um particular, servirá para que tenhamos acesso ao problema mesmo do juízo como esfera dos assuntos não universalizáveis, através da novela de Melville *Billy Budd, Sailor*, na interpretação que Arendt nos oferece, ainda que brevemente, em sua obra *Sobre a revolução*.

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd · Carla Francalanci

Billy Budd e o juízo entre Bem e Mal

Em uma passagem de *Sobre a revolução*, Arendt faz uma breve, porém contundente, interpretação do conto *Billy Budd, Sailor*, de Herman Melville. Gostaria, em princípio, de apontar para as particularidades da interpretação de Arendt, especialmente no que diz respeito ao conteúdo da exemplaridade não apenas das personagens, mas também da ação presente no conto.

As considerações de Arendt abordam a obra a partir do pano de fundo da Revolução Francesa e da operação de dessacralização das virtudes que essa operou, a partir da influência de Rousseau, especialmente no postulado de uma bondade natural, inata ao homem, necessariamente corrompida no seu processo de socialização:

Era talvez inevitável que o problema do bem e do mal, com o impacto de ambos sobre os destinos humanos, posto em sua simplicidade franca e direta, perseguisse o espírito dos homens no exato momento em que eles estavam afirmando ou reafirmando a dignidade humana, sem qualquer recurso à religião institucionalizada.¹¹

Ainda que, para Arendt, nem o pensamento de Rousseau nem a ação de Robespierre, inspirada no filósofo, tivessem conseguido colocar-se à altura do problema do bem e do mal em sua radicalidade, a aura de dessacralização que ambos fizeram incidir sobre a recolocação do problema serviu como a moldura que permitiu a Melville pensar o bem, cuja consideração no Ocidente não pode se furtar à figura emblemática de Jesus de Nazaré, trazendo-o para o horizonte do humano, e confrontando-o, assim, com o campo das instituições políticas e sociais.

Um primeiro modo de compreender essa moldura, a partir do aceno de Arendt, é pensar a figura de Billy Budd, apresentada em seu esplendor tanto evocando o ideal de *kalokagathía* clássico¹² quanto aludindo à imagética bíblica¹³ e crística¹⁴, desprovido de linhagem, história ou passado que de algum modo pudessem “explicar” ou contextualizar a sua virtude¹⁵, fazendo parte da trama da novela sempre e apenas na condição de embarcado em duas naus cujos nomes são plenos de significado: a nau mercantil *Rights of Man*, uma alusão à Revolução Francesa explicitada pelo narrador, onde sua virtude frutifica na convivência com os seus pares, e o navio de guerra *Bellipotent*, cuja lei marcial que ali vigora pela situação da guerra em curso e pela constante ameaça de motim dá azo ao desfecho da novela e envia Budd ao seu destino.

Contudo, Melville lança uma primeira provocação relativa a essa idealização da bondade natural. Pois, se é possível falar em “Bem natural” ou inato, deve ser igualmente possível pensar um Mal natural, igualmente inato. É isso precisamente o que o escritor realiza, ao introduzir a figura que faz contraponto a Billy Budd, o Mestre-de-armas Claggart, através de um conceito, o de “depravação natural: uma depravação de acordo com a Natureza”.¹⁶ Essa é explicada como sendo, em suma, **uma aparência de racionalidade, que esconde em seu cerne uma ordem precisamente contrária a toda razão; como argumenta o**

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd · Carla Francalanci

narrador, a racionalidade serve a esses tipos, em última instância, como ferramenta no intuito de perseguir um fim eminentemente irracional, insano; no caso de Claggart, a sua monomania com relação à destruição de Billy Budd.

Essas duas personagens, que encarnam Bem e Mal em uma dimensão natural ou elementar, de algum modo acima do humano, são forçadas, contudo, à convivência em um navio, em que pese a tradicional imagem da “nau da pólis” ou do Estado, e se encontram, assim, submetidas ao julgamento e às leis humanas, personificados pelo Capitão Vere. É importante acentuar que Melville descreve essa personagem, em que pesem algumas ressalvas, que serão exploradas adiante, como uma personificação da virtude prudencial aristotélica¹⁷, convertido em uma roupagem moderna, para que se possa assim mitigar ou redimensionar o horror causado por sua condução do caso que põe em confronto Budd e Claggart e leva ao assassinato involuntário do Mestre-de-armas pelo marinheiro.

O dramático do julgamento marcial de Budd é que um gesto não premeditado e instantâneo – o golpe que Budd acerta em Claggart e que aparece como a retribuição cabível no mundo natural onde se movem essas duas personagens, a única resposta possível do Bem natural ao se confrontar com o Mal radical – converte a vítima em criminoso, submetido à lei inapelável das cortes marciais. O elemento verdadeiramente dramático está, contudo, com Vere e os oficiais que precisam, pelas leis humanas às quais se encontram submetidos naquela situação precisa, condenar Budd, ainda que totalmente convictos da sua inocência em um contexto mais amplo. Vere é a testemunha que acompanha o desenrolar da história de Budd e Claggart, que compreende a posição ocupada por cada um deles nesse enredo, mas que ainda assim se sente instado a agir segundo uma lei para a qual o gesto de Budd constitui um crime sem apelação. Como Vere resume a situação, posicionando-a entre o sobre-humano e o humano, entre o metafísico e o político: “Fulminado por um anjo do Senhor! E ainda assim, esse anjo deve ser enforcado”.¹⁸ E, em seu discurso dirigido aos oficiais do júri militar que hesitam em condenar Billy Budd, remete o sentimento de injustiça que todos partilham por essa condenação à Natureza, enquanto assevera que o seu papel enquanto jurados naquele caso específico, bem como enquanto soldados da Marinha de Guerra, não se encontra a serviço da Natureza, mas sim do Rei. O que a novela põe, nesse momento, em cena, é a possibilidade de uma situação na qual justiça natural e legalidade, aqui sob a forma de dever militar, encontrem-se em máximo desacordo. Contudo, o caso aqui presente é um tanto mais complexo do que essa oposição para nós já um tanto batida, pois, na compreensão de Arendt, a ação de Vere, se não é justa, é no entanto “ajustada” à situação em que ele se encontra, no sentido de que ele é instado a fazer o que lhe parece ser o mais cabível naquela circunstância precisa. Nessa linha interpretativa, o julgamento de Vere será no sentido de buscar o que se é instado a fazer em uma ordem humana, parcial e circunscrita a uma situação por vezes extrema, às expensas de seguir o que aparece como Bem em uma instância superior, a da Natureza como força transcendente.

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd · Carla Francalanci

Na interpretação de Arendt, que assumi aqui, apresentando-a em linhas gerais, a novela retrata de modo exemplar, em primeiro lugar, que a Bondade, em sentido absoluto ou elementar, está situada além da virtude, enquanto o mal radical, igualmente elementar, se posiciona além, ou antes aquém do vício, necessitando, para que possam ser pensadas, uma medida que não é propriamente a do humano. A prevalência, na trama, dessa bondade sobre o mal apenas detona o problema que a novela põe em cena:

Essa parte da história é grandiosa porque a bondade, por ser parte da 'natureza', não age com brandura, mas se afirma com força e até com violência, de maneira que ficamos convencidos: apenas o ato de violência com que Billy Budd golpeia de morte o homem que levantou falso testemunho contra ele é cabível, elimina a depravação da natureza. Mas este não é o final, e sim o começo da história.¹⁹

O problema é que esse gesto, enquanto ato de violência e afirmação de sua força, permanece único, mudo e incapaz, para usar as palavras de Melville, “de se encarnar em instituições duradouras”:

As leis e todas as 'instituições duradouras' desmoronam não só sob o assalto do mal elementar como também sob o impacto da violência absoluta. A lei, movendo-se entre o crime e a virtude, não pode reconhecer o que está além de si, e, embora não disponha de nenhuma punição cabível para o mal elementar, não pode deixar de punir a bondade elementar, mesmo que o homem virtuoso, o capitão Vere, reconheça que apenas a violência dessa bondade é adequada ao poder depravado do mal. O absoluto [...], quando é introduzido na esfera pública, traz a ruína a todos.²⁰

Fazendo com que a ação decorrente da força própria ao bem seja a violência, o conto de Melville se deixa interpretar segundo a oposição arendtiana entre violência e poder, esse último, somente, pertencendo legitimamente ao campo político. Se em Arendt poder e violência aparecem como opostos, é preciso fazer uma ressalva e lembrar que a violência, em Arendt, assume muitas formas e, assim, o sentido de sua contraposição ao poder é múltiplo – pois não se deve igualar a violência que cala ou cerceia o poder político com aquela que prepara e possibilita a sua instauração. Contudo, o poder na acepção arendtiana difere da violência no sentido de que a sua base consiste em apoio ou consentimento às leis e instituições que ele encarna. Segundo a autora, a política é confundida com violência porque esse apoio e consentimento são comumente tomados por obediência. E não há nada como a violência para conseguir a obediência irrestrita.²¹ E ainda, o ato de Budd é uma expressão de seu vigor – esse bem elementar é entendido por Arendt na novela como mais forte do que o mal uma vez que o primeiro é uma expressão da natureza, enquanto o segundo é uma expressão da sua corrupção²² –, sendo a força ou vigor²³, nessa acepção, expressão sempre de um indivíduo, enquanto o poder, definido como a “habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto”²⁴, e existindo não *nos* homens, mas no espaço *entre* os homens, tem como condição a pluralidade, não sendo jamais qualidade de um indivíduo tomado no singular.

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a Billy Budd · Carla Francalanci

Na interpretação de Arendt, bem e mal absolutos são forças. Enquanto tais, ambos partilham de uma “violência elementar” que, ao ser exercida, entrará necessariamente em confronto com as formas de organização política.

Agora, um porém. Ao servir às considerações arendtianas, o conto foi interpretado univocamente, como se ele pudesse ser convertido e, assim, reduzido a uma tese filosófica determinada, tornando as personagens da novela exemplares às custas de uma visada que as possa apreender em um caráter mais plural. Contudo, essa dimensão monolítica das personagens é precisamente o que *Billy Budd* sistematicamente nos recusa. Tudo nele se apresenta pleno de ambiguidades: as personagens, o significado da ação, mesmo o seu desfecho. Para mostrá-lo, tomemos a ação de Vere, de longe a personagem mais ambígua da trama, com relação a Budd. A sua condução do caso, apesar de todas as ponderações favoráveis do narrador com relação a ela, é explicitamente questionada pelo médico do navio, que chega a duvidar internamente da sanidade do Capitão, ao decidir julgar Budd com tanta rapidez; ela também é obliquamente questionada pelo narrador, ao compará-la em determinado momento com um caso verídico, o do navio Sommers, onde três aspirantes a oficial foram julgados por motim e enforcados, tendo o capitão invocado os Artigos de Guerra, ainda que fossem tempos de paz e o episódio tivesse provocado revolta quando veio a público.

O próprio nome Vere, se por um lado invoca tanto *Veritas* quanto *vir*, o varão e soldado, também conotava, na literatura do século XIX, o aristocrata vão e vil.²⁵ O seu apelido, “Starry Vere”, “Vere estrelado”, pode indicar sua ambição. E, para o conto, Melville escreveu três finais possíveis, cada um aludindo a um significado inteiramente distinto para a trama: se em um deles os marinheiros criam uma aura de sacralização em torno de Budd e guardam pedaços do mastro do enforcamento como se fossem “pedaços da cruz”, em outro um jornal publica uma versão da história que faz de Claggart um herói e de Budd um malfeitor, enquanto no terceiro Vere morre, murmurando o nome de Budd, após ser ferido em uma batalha de menor importância, não tendo podido atingir a glória de seu ídolo, Lorde Nelson, e o narrador alude à possibilidade abortada da fama de um espírito que, “apesar de sua austeridade filosófica, pode ter sucumbido à mais secreta de todas as paixões, a ambição [...]”.²⁶ Em seu caráter inacabado, os três finais coexistem e terminam por acentuar ainda mais o emaranhado de significados que o conto se recusa em deslindar.

Pleno de pistas e de comentários ambíguos, deixando assim em aberto o sentido de sua história, Melville demanda do leitor uma participação ativa, tendo que se posicionar e julgar as ações das personagens, em especial do Capitão Vere.²⁷ Que o juízo de Vere e sua ação se mantenham permanentemente abertos a controvérsias e múltiplas interpretações é uma das maiores forças da obra, que por essa característica em especial, é o que eu gostaria de enfatizar, exemplifica o modo próprio de ser dos

A ética, ou a ação de julgar entre o bem e o mal: reflexões arendtianas em torno a *Billy Budd* · Carla Francalanci

assuntos humanos e da ação de julgar em particular. Pertencendo ao âmbito da opinião, cabe a ela intrinsecamente uma pluralidade de perspectivas que jamais poderá ser esgotada por uma interpretação ou significado último.

Billy Budd, Sailor encarna assim exemplarmente o lugar mesmo da ética e do julgamento moral: um lugar sempre situado, pertencente a uma determinada comunidade humana habitante de um lugar e uma cultura determinados, que precisa a cada vez decidir sobre certo e errado, virtude e vício, sem contar com o apoio de instâncias absolutas e, no sentido radical da interpretação arendtiana, tendo mesmo que banir de sua convivência o Bem absoluto se acaso ele se manifestar, uma vez que sua emergência entre os homens seria para nós tão danosa quanto a do Mal radical. E o exemplo, como âmbito privilegiado para pensar o que não acede ao geral, crucial assim para os campos ético e estético, desempenha um papel que vai além da personificação; no caso presente, o de trazer, pela possibilidade polifônica ou pluridimensional presente na literatura, o dilema do próprio lugar e da permanente abertura de significado dos julgamentos morais.

* **Carla Francalanci é professora do Departamento de Filosofia da UFRJ.**

¹ ARISTOTLE. *Nichomachean ethics*. Translated by H. Rackham. Cambridge and London: Harvard University Press, 1994, 11113a 33-34.

² Ibidem, 1140a 22-23.

³ Ibidem, 1140a 25-28.

⁴ Cf. Idem. *Politics*. Translated by H. Rackham. Cambridge and London: Harvard University Press, 1944, 1252b 28-31.

⁵ Idem. *Nichomachean ethics*. Op. cit., 1140b 20-22.

⁶ KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 82.

⁷ Apud ARENDT, H. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Tradução e ensaio de André Duarte de Macedo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p. 97.

⁸ Ibidem, p. 99.

⁹ Ibidem, p. 97.

¹⁰ Ibidem, p. 98.

¹¹ Idem. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 119.

¹² MELVILLE, H. *Billy Budd, Sailor*. Edição organizada por Harrison Hayford e Merton M. Sealts, Jr. Chicago; London: The University of Chicago Press, p. 1992, p. 48: "But where's my beauty? Ah," looking through the cabin's open door, "Here he comes; and, by Jove - lugging along his chest - Apollo with his portmanteau!"; p. 51: "Cast in a mould peculiar to the finest physical examples of those Englishmen in whom the Saxon strain would seem not at all to partake of any Norman or other admixture, he showed in face that humane look of reposeful good nature which the Greek sculptor in some instances gave to his heroic man, Hercules".

¹³ *Ibidem*, p. 96: “By his original constitution aided by the cooperating influences of his lot, Billy in many respects was little more than a sort of upright barbarian, much such perhaps as Adam presumably might have been ere the urbane Serpent wriggled himself into his company”.

¹⁴ *Ibidem*, p. 124: “The hull deliberately recovering from the periodic roll to leeward was just regaining an even keel, when the last signal, a preconcerted dumb one, was given. At the same moment it chanced that the vapory fleece hanging low in the East, was shot thro’ with a soft glory as of the fleece of the Lamb of God seen in mystical vision, and simultaneously therewith, watched by the wedged mass of upturned faces, Billy ascended; and, ascending, took the full rose of the dawn”; p. 131: “Everything is for a term venerated in navies. Any tangible object associated with some striking incident of the service is converted into a monument. The spar from which the Foretopman was suspended, was for some few years kept trace of by the blue-jackets. Their knowledge followed it from ship to dock- yard and again from dock-yard to ship, still pursuing it even when at last reduced to a mere dock-yard boom. To them a chip of it was as a piece of the Cross”.

¹⁵ pp. 51-52: “Asked by the officer, a small brisk little gentleman, as it chanced among other questions, his place of birth, he replied, “Please, Sir, I don’t know.” “Don’t know where you were born?—Who was your father?” “God knows, Sir.” Struck by the straightforward simplicity of these replies, the officer next asked, “Do you know anything about your beginning?” “No, Sir. But I have heard that I was found in a pretty silklined basket hanging one morning from the knocker of a good man’s door in Bristol.”

Yes, Billy Budd was a foundling, a presumable by-blow, and, evidently, no ignoble one”.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 74-76: “But for the adequate comprehending of Claggart by a normal nature, these hints are insufficient. To pass from a normal nature to him one must cross “the deadly space between.” And this is best done by indirection. [...] In a list of definitions included in the authentic translation of Plato, a list attributed to him, occurs this: “Natural Depravity: a depravity according to nature.” A definition which tho’ savoring of Calvinism, by no means involves Calvin’s dogmas as to total mankind. Evidently its intent makes it applicable but to individuals. Not many are the examples of this depravity which the gallows and jail supply. At any rate for notable instances, since these have no vulgar alloy of the brute in them, but invariably are dominated by intellectuality, one must go elsewhere. Civilization, especially if of the austerer sort, is auspicious to it. It folds itself in the mantle of respectability.

It has its certain negative virtues serving as silent auxiliaries. It never allows wine to get within its guard. It is not going too far to say that it is without vices or small sins. There is a phenomenal pride in it that excludes them from anything mercenary or avaricious. In short the depravity here meant partakes nothing of the sordid or sensual. It is serious, but free from acerbity. Though no flatterer of mankind it never speaks ill of it.

But the thing which in eminent instances signalizes so exceptional a nature is this: though the man’s even temper and discreet bearing would seem to intimate a mind peculiarly subject to the law of reason, not the less in his heart he would seem to riot in complete exemption from that law, having apparently little to do with reason further than to employ it as an ambidexter implement for effecting the irrational. That is to say: Toward the accomplishment of an aim which in wantonness of malignity would seem to partake of the insane, he will direct a cool judgement sagacious and sound.

These men are true madmen, and of the most dangerous sort, for their lunacy is not continuous but occasional, evoked by some special object; it is probably secretive, which is as much to say it is self-contained, so that when moreover, most active, it is to the average mind not distinguishable from sanity, and for the reason above suggested that whatever its aims may be—and the aim is never declared—the method and the outward proceeding are always perfectly rational.

Now something such an one was Claggart, in whom was the mania of an evil nature, not engendered by vicious training or corrupting books or licentious living, but born with him and innate,

in short 'a depravity according to nature.'"

¹⁷ Ibidem, pp.60-63 "Captain the Honorable Edward Fairfax Vere, to give his full title, was a bachelor of forty or thereabouts, a sailor of distinction even in a time prolific of renowned seamen. Though allied to the higher nobility, his advancement had not been altogether owing to influences connected with that circumstance. He had seen much service, been in various engagements, always acquitting himself as an officer mindful of the welfare of his men, but never tolerating an infraction of discipline; thoroughly versed in the science of his profession, and intrepid to the verge of temerity, though never injudiciously so.

It was not out of keeping with these traits that on a passage when nothing demanded his paramount action, he was the most undemonstrative of men. Any landsman observing this gentleman, not conspicuous by his stature and wearing no pronounced insignia, emerging from his cabin to the open deck, and noting the silente deference of the officers retiring to leeward, might have taken him for the King's guest, a civilian aboard the King's-ship, some highly honorable discreet envoy on his way to an important post. But in fact this unobtrusiveness of demeanour may have proceeded from a certain unaffected modesty of manhood sometimes accompanying a resolute nature, a modesty evinced at all times not calling for pronounced action, and which shown in any rank of life suggests a virtue aristocratic in kind.

Aside from his qualities as a sea-officer, Captain Vere was an exceptional character.

He had a marked leaning toward everything intellectual. He loved books, never going to sea without a newly replenished library, compact but of the best. The isolated leisure, in some cases so wearisome, falling at intervals to commanders even during a warcruise, never was tedious to Captain Vere. With nothing of that literary taste which less heeds the thing conveyed than the vehicle, his bias was toward those books to which every serious mind of superior order occupying any active post of authority in the world naturally inclines; books treating of actual men and events no matter of what era—history, biography and unconventional writers, who, free from cant and convention, like Montaigne, honestly and in the spirit of common sense philosophize upon realities.

In this line of reading he found confirmation of his own more reasoned thoughts—confirmation which he had vainly sought in social converse, so that as touching most fundamental topics, there had got to be established in some convictions, which he forefelt would abide in him essentially unmodified so long as his inteligente part remained unimpaired. In view of the troubled period in which his lot was cast this was well for him. His settled convictions were as a dyke against those invading waters of novel opinion, social, political and otherwise, which carried away as in a torrent no few minds in those days, minds by nature not inferior to his own. While other members of that aristocracy to which by birth he belonged were incensed at the innovators mainly because their theories were inimical to the privileged classes, not alone Captain Vere disinterestedly opposed them because they seemed to him incapable of embodiment in lasting institutions, but at war with the peace of the world and the true welfare of mankind".<

¹⁸ Ibidem, p. 101. "Struck dead by an angel of God! Yet the angel must hang!". Tradução da autora.

¹⁹ ARENDT, H: *Sobre a revolução*. Op. cit., p. 121.

²⁰ Ibidem, p. 122.

²¹ Cf. ARENDT, H. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 57.

²² Idem. *Sobre a revolução*. Op. cit., p. 121.

²³ Ainda que a obra *Sobre a violência* trace uma distinção entre força e vigor (p. 61), emprego-os aqui como sinônimos porque em *Sobre a revolução*, ao interpretar o ato de Budd, Arendt emprega o termo *força* no sentido de vigor (p. 126).

²⁴ Ibidem, p. 60.

²⁵ Cf. CHANDLER, A. "The Name Symbolism of Captain Vere". In: *Nineteenth-Century Fiction*, v. 22, n. 1 (1967). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2932806>>.

²⁶ MELVILLE, H. Op. cit., p. 129: "The spirit that spite its philosophic austerity may yet have indulged in the most secret of all passions, ambition, never attained to the fulness of fame".

²⁷ Cf KALLEY, W. Herman Melville: An Introduction. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2008, pp. 176-178.